



SENADO FEDERAL

SF/25710.62963-01

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 13, de 2023, do Programa e-Cidadania, que *prevê a distribuição gratuita de calcinhas para a proteção da saúde das mulheres trans pelo SUS.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão Legislativa nº 13, de 2023, oriunda do programa e-Cidadania, que prevê a distribuição gratuita de calcinhas para a proteção da saúde das mulheres trans pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

A sugestão descreve como problema de saúde pública o que considera ser a situação atual das mulheres trans, a saber, a necessidade de “esconder seus órgãos genitais”. A seguir, como solução, aponta a distribuição gratuita, pelo Estado, de calcinhas desenvolvidas especialmente para tais pessoas. A ideia normativa foi publicada no dia 11 de maio de 2023, tendo alcançado o total de apoios necessários em 5 de setembro de 2023. Até o dia 4 de outubro de 2023, foram contabilizados 20.146 apoiadores.



SENADO FEDERAL

II – ANÁLISE

Conforme os incisos I e III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria sob forma de sugestão legislativa e referente à garantia e promoção dos direitos humanos, o que faz regimental este exame.

Quanto ao mérito, temos que, embora bem-intencionada a ideia normativa, ela não aborda a importante questão da saúde das mulheres trans, assim como de todas as pessoas, de forma abrangente e eficaz, conforme argumentaremos a seguir.

A distribuição específica de um tipo de calcinha não nos parece ser a solução prioritária ou mais eficiente para o SUS neste momento, visto ser ele um sistema *universal*, que atende a uma vasta gama de necessidades de saúde da população brasileira, desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

A priorização de recursos deve levar em conta o impacto em larga escala e a prevalência de doenças que afetam milhões de pessoas.

Tampouco nos parece ser a melhor solução a distribuição de um item de vestuário, quando se pode lançar mão de soluções de saúde mais abrangentes, como campanhas educativas sobre a importância da hidratação, bem como o acesso facilitado a acompanhamento médico para detecção precoce de problemas renais.

Observe-se, ainda, que a alocação de recursos para a aquisição e distribuição em massa de um item de vestuário específico, mesmo que desenvolvido para um propósito de saúde, pode implicar o desvio de fundos de outras áreas de saúde pública com demandas mais amplas e urgentes, tais como programas de prevenção de doenças crônicas, vacinação, saúde mental ou atendimento a doenças renais já instaladas, que afetam uma parcela significativamente maior da população.



SENADO FEDERAL

III – VOTO

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é **contrário** à transformação da Sugestão nº 13, de 2023, em proposição legislativa de autoria desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora